

A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística

Georgete Medleg Rodrigues

Introdução

Para que os documentos de arquivos sejam tratados de maneira orgânica, isto é, obedecendo à lógica interna de sua produção e acumulação - ou, para usar a terminologia da área, o conjunto de documentos que constituem o **fundo** de arquivo - é necessário que se identifique as funções arquivísticas¹. Estas são, na verdade, operações físicas e intelectuais que têm os seus significados próprios, fundamentais para que se obtenha como resultado, quando da intervenção em arquivos, documentos organizados, tanto física quanto intelectualmente. Realizadas em diferentes momentos, essas operações têm objetivos diversos, porém, em última instância, quer-se, com elas, possibilitar e facilitar o acesso aos documentos ou às informações arquivísticas².

¹ Emprestamos a expressão "funções arquivísticas" à obra de Carol Couture et al (1999).

² O documento de arquivo tem a particularidade de informar/provar/testemunhar seja por meio de um discurso articulado inscrito num suporte, seja pelo próprio suporte (papiros, pergaminho, papel, disco ótico, disco magnético, etc.)

Nas instituições, públicas ou privadas, a racionalização das atividades é decorrente, em grande parte, das condições de acesso à informação de maneira rápida e eficaz (MAUREL E CHAMPAGNE, 1999; REAL, 1998). Por outro lado, mais do que um princípio visando à racionalidade - quando se pensa em organizações/instituições - o tratamento arquivístico, com vistas ao acesso às informações passa, segundo Saint-Martin (1998, p. 283) por uma perspectiva de "tratamento apropriado dos diferentes traços escritos dessa 'memória interna' das instituições". Assim, Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de documentação têm muito em comum. Pode-se destacar, por exemplo, o fato de serem instituições responsáveis pelo recolhimento/aquisição de acervos informacionais, pelo seu tratamento especializado e sua comunicação, que se espera seja eficaz e eficiente, traduzida por instrumentos de acesso auto-explicativo aos usuários. Aliás, como nos lembra Esteban Navarro (1995), a aproximação, nesse campo, entre bibliotecas, arquivos e centros de documentação, é evidente se compararmos as suas práticas, segundo o modelo da "cadeia documental". Segundo esse autor, a concepção de cadeia documental nos permite constatar nessas unidades de informação a existência de três etapas sucessivas:

La entrada de los documentos en el sistema documental se denomina en un ámbito coleta y en otro reunión, pero participan del mismo objetivo de recoger y siguen un mismo proceso, caracterizado en los centros cuya organización se rige por un criterio coleccionista, por las etapas de selección, adquisición y registro, que tiene su paralelismo en las tareas de recepción, expurgo y registro que se realizan en los archivos, si bien mediatizadas por otros factores (...). La segunda etapa consiste en el tratamiento de los documentos que han ingresado en el sistema mediante una serie de operaciones destinadas a transformar, configurar, almacenar y restituir la información que contienen, que se articulan en dos fases denominada programación archivística y recuperación en los archivos, y análisis y recuperación en el resto de los centros (ESTEBAN NAVARRO, 1995, p. 81).

O mesmo autor ressalta as semelhanças entre as três unidades de informação (arquivos, bibliotecas e museus) quanto aos seus objetivos finais, isto é, atender às demandas de informações dos seus usuários:

Y, por último, se produce la salida del sistema de esa información, mediante la difusión de los instrumentos de representación y el servicio de los documentos recuperados en respuesta a las peticiones de los usuarios (p. 81).

Em Arquivística, a mediação entre as informações contidas nos documentos de arquivo e os usuários dá-se por meio dos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, repertórios, índices, edição de fontes, etc.). A produção desses instrumentos de pesquisa somente é possível como resultado de operações anteriores, principalmente as operações de classificação e de descrição. A descrição arquivística é uma das funções que, em princípio, deveria ser desenvolvida em todas as fases da vida de um arquivo (corrente, intermediária e permanente). Quanto a este último aspecto, a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (g), é bastante clara:

A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 1).

No entanto, apesar do que preconiza a Norma, alguns autores consideram que a função descrição para todo o ciclo de vida dos documentos é algo ideal, mas ainda dificilmente realizável nas práticas arquivísticas (MAUREL, CHAMPAGNE, 1999) ou, ainda, que se aplica somente aos arquivos permanentes. Para Bellotto (1998, p. 103), por exemplo, a "descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes". Neste capítulo, compartilhamos da premissa segundo a qual a aplicação dos princípios da Norma para todas as fases dos documentos de arquivo é, por enquanto, apenas uma possibilidade. Trataremos, portanto, aqui, da descrição somente em arquivos permanentes.

A descrição supõe, de fato, um trabalho intelectual de representação informacional. Contudo, essa questão como um problema para a Arquivística é, de certa maneira, recente e ainda pouco estudada. Assim,

neste capítulo pretende-se traçar o percurso dos debates e das ações com vistas à definição de padrões internacionais de representação das informações arquivísticas; abordar alguns aspectos teórico-metodológicos específicos da representação da informação dos documentos de arquivo e suas conseqüências nas funções de descrição.

A Representação da Informação como um Problema para a Arquivística

Como indicado na Introdução deste capítulo, a representação das informações contidas em documentos de arquivo como um problema para a Arquivística é recente e, por isso, ainda pouco estudada. Esse aspecto é apontado por Fernanda Ribeiro na sua tese de doutorado, posteriormente transformada em livro:

No campo da Biblioteconomia, as técnicas de tratamento documental estão suficientemente estudadas e têm uma aplicação generalizada (...). No campo da Arquivística, porém, as técnicas de tratamento documental não estão devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual" (RIBEIRO, 1996, p. 9).

De fato, a bibliografia sobre o tema, sobretudo em língua portuguesa, ainda é escassa³. Talvez essa situação possa ser explicada pela existência de uma certa tradição em arquivística que até a década de 70 dava pouca ênfase aos usuários dos arquivos. Silva et al (1998), por exemplo, nos lembram que:

No 7º Congresso Internacional de Arquivos (Moscou, 1972) discutiram-se, entre outras questões, os instrumentos de pesquisa nos arquivos, no 8º Congresso (Washington, 1976), um dos temas principais foi mesmo designado por "revolução no acesso aos arquivos", e no 9º Congresso (Londres, 1980) debateu-se a utilização e a utilidade dos arquivos (SILVA, 1998, p. 148).

³ A Câmara Técnica de normalização da descrição do Conarq prepara uma bibliografia sobre o tema.

É preciso, entretanto, lembrar alguns fatores que, de certa forma, contribuiriam para deslocamento de foco de interesse. Um deles pode ser situado no clima de pós-guerra, em que se começou a demandar informações, independentemente de onde elas se encontravam - se em arquivos, bibliotecas ou centros de documentação - o que exigia o desenvolvimento de métodos e práticas de recuperação das informações. A Biblioteconomia, nesse campo, daria um salto à frente, provocando o que alguns autores denominam de uma visão "biblioteconômica" do tratamento da informação. Segundo esta visão, pretendia-se abarcar, por exemplo numa mesma base de dados, acervos bibliográficos, coleções de manuscritos e documentos de arquivo, com o objetivo de "permitir pesquisas temáticas" variadas. Um outro fator que estimulou a preocupação com os usuários e de como lhes dar acesso às informações foi a possibilidade de se utilizar os computadores. O Programa de gestão de documentos e dos arquivos (em inglês *Records and Archives Management Programme* - RAMP) iria publicar, nos anos 1980/1990, uma série de edições a respeito dos impactos da informática nos arquivos, inclusive na elaboração e produção de instrumentos de pesquisa⁴.

No entanto, somente depois de criado um Comitê de Normas de Descrição no Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1989, é que a representação das informações arquivísticas, tendo em vista o controle e o acesso, passou a ser, efetivamente, encarada como uma das etapas essenciais do trabalho arquivístico. De fato, o Comitê, inicialmente *ad hoc*, tinha como tarefa elaborar um documento-base sobre normas que deveriam orientar a descrição em arquivística, de modo a normalizar, em nível internacional, essa função⁵. Esse comitê adotou como **ponto** de partida para as discussões três normas já existentes em três países: Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha⁶, apesar da existência

⁴ Kitching, Christopher. L'informatique au service des instruments de recherche dans les archives: une étude RAMP. Paris: UNESCO, 1993

⁵ Indicaremos aqui apenas os marcos desse percurso. Existe em espanhol e em português uma bibliografia razoável traçando com mais detalhes a história das ações que desembocaram na criação da Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (g). Ver referências bibliográficas ao final deste capítulo.

⁶ Nos Estados Unidos, as normas estabelecidas por Steven Hensen (1989); no Canadá, as *Rules for Archival Description/Règles pour la description des normes d'archives* (1990) e na Grã-Bretanha o manual de autoria de Michael Cook e Margaret Procter (1989).

de outras experiências nacionais também já consolidadas (particularmente na Espanha e na França⁷). A explicação para tal atitude talvez se encontre alhures, fora do âmbito do Comitê do CIA e mais na perspectiva das relações internacionais, o que foge, evidentemente, dos objetivos deste capítulo. De toda maneira, na gênese da proposta de criação de uma norma internacional de descrição arquivística encontra-se a necessidade de a Arquivística pensar na inserção de seu objeto de estudo - a informação orgânica registrada - num mundo globalizado, o que significa também possibilitar a troca de informações nacional e internacionalmente.

Na verdade, as preocupações que resultaram na criação do Comitê *ad hoc* de normas de descrição, começaram em 1953, no II Congresso Internacional de Arquivologia, realizado em Haia, a partir de um debate acerca da necessidade de se definir uma terminologia comum à área. Isso culminaria na publicação, em 1964, do primeiro léxico de terminologia arquivística, o *Lexicon of Archives Terminology* com 175 termos em francês, inglês, espanhol, alemão, italiano e holandês. Somente vinte anos depois dessa publicação, seria editado também o primeiro dicionário de terminologia arquivística, fruto de sete anos de pesquisas do comitê especializado do CIA. Em 1984, era lançado o *Dictionary of Archival Terminology*, conhecido como DAT, compreendendo 503 termos e suas respectivas definições em inglês e francês. Os críticos desse dicionário destacaram que os outros idiomas presentes na edição eram apenas meras traduções, apresentadas em ordem alfabética, seguindo a terminologia em inglês (CARBAJO MARTÍN, 1999). Esse dicionário seria revisado, incorporando as críticas do consagrado especialista francês, Michel Duchein, e uma nova edição aparece, em 1988. Na seqüência, novos vocabulários especializados são publicados pelo CIA, como a *Elementary Terms in archival automation* (1983) e o *Glossary of Basic Archival and Library Conservation Terms* (1988).

Os passos decisivos para a criação de uma norma internacional de descrição arquivística seriam dados no final dos anos 1980. De fato, em

⁷ A França, por exemplo, tem uma tradição quase secular no estabelecimento de diretrizes para a produção e publicação de instrumentos de pesquisa.

outubro de 1988, sob os auspícios do Arquivo Nacional do Canadá, realizar-se-ia em Ottawa, um Encontro de especialistas de diversos países, com a finalidade exclusiva de discutir o tema da normalização da descrição em arquivística. Os debates articularam-se em torno de três grandes eixos: a) a situação e o uso de normas nacionais em relação à descrição arquivística; b) os aspectos teórico-metodológicos e os trabalhos técnicos no campo da descrição; c) automatização, estratégia de implantação e formação profissional para a consecução de uma normalização (CARBAJO MARTÍN, 1999)⁸. Em dezembro do ano seguinte, um grupo de especialistas se reúne em Paris, sob o patrocínio do CIA, para elaborar uma Declaração de Princípios⁹ que serviriam de orientação para a elaboração das normas de descrição. Novas reuniões aconteceriam nos anos seguintes na Polônia, em 1990, e em Madrid em 1992. Assim, quando ocorre o XII Congresso Internacional de Arquivos, em 1992, o texto final da Declaração de Princípios e o projeto da Norma Internacional de Descrição Arquivística são aprovados. O projeto foi submetido à discussão em todos os países e aprovado com a sigla em inglês *International Standard Archival Description (General)*, a ISAD (g), - em português, Norma Internacional de Descrição Arquivística. Finalmente, em 2000, durante o XIV Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Sevilha, na Espanha, aprovou-se em definitivo a ISAD (g).

Funções Arquivísticas, Valores dos Documentos Arquivísticos e sua Descrição

A prática de representar as informações orgânicas, ou arquivísticas, sempre existiram, sob as mais diversas formas e seguindo roteiros diversos. Listas, catálogos, inventários, fichários, índices, etc, podiam ser

⁸ Os países presentes no Encontro e que relataram suas experiências e aportes teórico-metodológicos ao tema em debate: Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, China, Alemanha, França, Índia, Itália, México, Malásia, Senegal, Suécia, Espanha, Holanda, e Zimbábue.

⁹ Statement of Principles Regarding Archival Description, adotado pela Comissão ad hoc, em Madrid, em Janeiro de 1992. Agradecemos a Vítor Fonseca, presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística, do Conarq/Arquivo Nacional - da qual somos membros - o acesso ao texto integral.

encontrados nas instituições arquivísticas, com um maior ou menor grau de elaboração¹⁰. No entanto, na tradição brasileira, esses "instrumentos de pesquisa" não eram pensados nem elaborados como tal. A ISAD (g) viria propor a sistematização, mediante normas e princípios, de ações empíricas adotadas pelas instituições e pelos profissionais de Arquivo. Antes de abordarmos esses princípios e as normas propriamente ditas, é necessário, contudo, um outro esclarecimento, relacionado à natureza mesma da informação arquivística.

Do que falamos quando nos referimos a "representação da informação" em arquivística? O que é e o que significa? Antes de respondermos a essas questões, é necessário, porém, enumerar as diversas etapas do tratamento especializado (físico e intelectual) de um conjunto documental arquivístico. Essas operações, ou funções, na expressão canadense, compreendem¹¹:

- **Produção**
- **Avaliação**
- **Aquisição/Recolhimento**
- **Classificação**
- **Descrição**
- **Conservação/Prevenção**
- **Difusão/Acesso**

Para os objetivos deste capítulo, vamos-nos deter apenas na função "descrição", o que significa, de antemão, assumir, com al-

¹⁰ Já no século XIII se identificava a existência de inventários em várias comunas francesas. No Brasil, eles existem desde o século XIX (BELLOTTO, 1991).

¹¹ Utilizamos o elenco de funções apresentadas por Carol Couture et al (1999, p. 60), mas acrescentando à função aquisição a de recolhimento. Isso porque entendermos que embora "aquisição" e "recolhimento" tenham o mesmo objetivo, isto é, incorporar novos conjuntos documentais ou documentos isolados a uma instituição arquivística, eles implicam procedimentos diferentes, inclusive sob o aspecto jurídico. O Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO e BELLOTTO, 1996), dedica verbetes diferentes para "aquisição" e "recolhimento". Da mesma forma, optamos por acrescentar à função difusão a de acesso: ambas implicam procedimentos diferentes - tanto do ponto de vista de políticas, como de gestão. Pretendemos, futuramente, discutir esses aspectos. À conservação também acrescentamos "preservação", conceito que quer significar uma prática mais recomendada atualmente, embora a função "conservação" sempre vá existir.

guns autores (COUTURE, 1999; RIBEIRO, 1996; CRU MUNDET, 1994), que essa é uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas.

Produto das ações e transações humanas, os documentos de arquivo são testemunhas dessas ações/transações. Eles prestam contas das ações realizadas; eles informam sobre a origem e a autenticidade dessas ações/transações, seu desenvolvimento e sua conclusão. Enfim, eles são testemunhas daquilo que Luciana Duranti (1995), chama de "procedimentos", isto é, o conjunto de etapas necessárias para a realização de uma atividade, ou para que uma organização/instituição cumpra as finalidades para as quais foi criada. Para cumprir plenamente o seu papel, os arquivos devem ser acessíveis: a) aos seus criadores/produtores (necessidades administrativas); b) aos usuários em geral (pesquisadores, cidadãos comuns, etc). Assim, os documentos de arquivos são consultados/pesquisados, geralmente, nas seguintes situações, todas relacionadas com que se convencionou denominar, segundo a terminologia arquivística, de "valores" dos documentos de arquivo:

- **valor de prova:** o valor de prova é intrínseco ao documento de arquivo. Todo documento de arquivo, como produto das atividades de uma pessoa física ou jurídica, é prova - jurídica e/ou administrativa - dessas atividades (desde sua concepção até a sua conclusão) seja para quem as produziu ou para quem foi objeto/sofreu a ação¹² determinada no ato registrado no documento de arquivo.

- **valor informativo ou de testemunho:** o valor de testemunho ou informacional é um valor secundário, isto é, um valor que é atribuído ao

¹² Nesse aspecto, os procedimentos de análise diplomática de um documento de arquivo são fundamentais para que se possa localizar, no documento, o que se classifica de: **autor do ato/documento** (aquele que tem o status jurídico e é responsável pelo ato); **redator do documento** (aquele que pode representar o autor do ato) **destinatário do ato** (o que sofre a ação) e o **destinatário do documento** (aquele para quem é endereçado o documento). Estes dois últimos podem ou não coincidir (DURANTI, 1995).

documento *a posteriori*, independentemente da vontade e dos objetivos de seu criador¹³.

Dessa forma, deve-se ter em mente que o documento de arquivo - nas civilizações regidas pelo escrito e delimitadas por um sistema jurídico estabelecido consensualmente - tem o seu valor primário garantido pelo fato de ser gerado em função de uma necessidade específica de seu criador e para cumprir determinados objetivos. Duranti (1995) resume muito bem essas características do documento de arquivo:

- **Imparcialidade:** os documentos de arquivo são produzidos dentro de determinado contexto e para determinados fins.
- **Autenticidade:** os documentos de arquivo são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.
- **Naturalidade:** os documentos de arquivo são produzidos e acumulados no curso de transações e de acordo com as necessidades do assunto tratado.
- **Inter-relacionamento:** os documentos de arquivo estabelecem relações entre si e com as atividades que os geraram.
- **Unicidade:** cada registro arquivístico tem um lugar único na estrutura documental do conjunto ao qual pertence.

Essas características próprias do documento de arquivo, por outro lado, só têm sentido no conjunto ao qual ele pertence, isto é, primeiramente ao fundo, em seguida às outras partes nas quais o fundo for subdividido. A Norma Internacional de Descrição Arquivística buscou, acima de tudo, criar uma diretriz para descrição que, na sua própria estrutura, refletisse essa particularidade dos documentos de arquivo, como veremos em seguida.

¹³ No meio arquivístico existem controvérsias quanto a esse atributo "secundário" do documento. No entanto, deve-se ressaltar que, de fato, pode (e normalmente há) um uso do documento de arquivo que transcende os objetivos iniciais dos seus produtores e que, muitas vezes, depõe contra eles próprios. Veja-se, por exemplo, o caso, no Brasil, dos familiares de desaparecidos políticos ou mesmo dos que foram perseguidos e torturados pelo regime militar e que puderam ser indenizados mediante as provas documentais registradas pelo próprio Estado (RODRIGUES e ALHEIRO, 2001).

Princípios Gerais e Específicos para a Descrição em Arquivística

Para que os princípios gerais que orientam a descrição fiquem claros é necessário, antes, apresentarmos a definição de descrição. De acordo com a Norma Internacional de Descrição Arquivística, descrição é:

"a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição¹⁴ e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo, o contexto e sistema de arquivo que os produziu" (ISAD (G), 2001, p. 4).

A mesma ISAD (g) esclarece que:

"Normas de descrição arquivística são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio de *respeito aos fundos*. Este princípio deve ser claramente enunciado caso se deseje construir uma estrutura de aplicação geral e um sistema de descrição arquivística, manual ou automático, não dependente de instrumentos de pesquisa..." (IDEM, p. 2, grifado no original).

Dessa forma, além dos princípios enunciados acima, tem-se que:

- a descrição é tributária da classificação: os documentos devem, antes de ser descritos, classificados.
- a descrição deve respeitar o princípio arquivístico de "respeito aos fundos".
- a descrição deve ser feita do GERAL para o PARTICULAR
- a descrição dos documentos (ou do documento) de arquivo é dinâmica e evolui com o tempo, na medida em que novos elementos ou novas informações podem ser acrescentados.

¹⁴ Unidade de descrição, segundo a ISAD (g), é: "documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada" (p. 6). Ver também Heredia Herrera (1995, p. 62-63).

No entanto, a descrição, como uma das funções arquivísticas, deve obedecer a alguns princípios gerais os quais estão ligados ao conjunto das funções arquivísticas (MAUREL e CHAMPAGNE, 1999) ou seja, as funções e os processos de descrição multinível dos arquivos devem respeitar o princípio de proveniência.

Logo, para que essa representação informacional contemple, de fato, a especificidade do documento de arquivo, pode-se identificar alguns princípios gerais, que devem orientar a descrição¹⁵:

- **primeiro princípio:** a descrição depende da classificação. Ela é feita a partir das unidades de descrição definidas pela classificação que descreve um conjunto de documentos que mantém ligações orgânicas entre si (fundo, série, subsérie, dossiê, item documental; e dos fundos entre si).

- **segundo princípio:** o de respeito aos fundos (*respect des fonds*) já adotado na classificação. Na descrição, isso deve estar representado na hierarquia que se estabelece entre os diversos níveis de um mesmo fundo.

- **terceiro princípio:** a descrição deve ser feita do geral para o particular. Deve-se produzir, primeiro, um conjunto de informações que forneça uma visão global, que permita estabelecer (ou restabelecer) os elos entre todas as partes, ou níveis, do fundo.

- **quarto princípio:** a descrição evolui durante os "ciclos de vida" dos documentos. Da fase corrente à fase permanente, a descrição pode variar com o tempo, pois novos elementos informativos podem ser acrescentados. A descrição evolui no ritmo do tratamento dos documentos, num "processo integrado".

- **quinto princípio:** em termos hierárquicos, o fundo é a unidade de descrição mais abrangente.

¹⁵ Esses princípios são uma adaptação de Maurel e Champgne (1999).

Em que consiste, afinal, a Descrição de Documentos Arquivísticos na Perspectiva da ISAD (g)

A descrição de documentos organicamente produzidos e acumulados, consiste, em linhas gerais:

- numa apresentação das características físicas (inclusive diplomáticas) de um ou vários documentos;
- na análise do conteúdo desses mesmos documentos;
- na identificação do contexto de criação e utilização dos arquivos. Este último aspecto varia em função da unidade de descrição que está sendo descrita.

As etapas descritas anteriormente têm por objetivos facilitar o acesso aos documentos e à informação, de maneira rápida e precisa. Por outro lado, a descrição também permite um controle intelectual sobre os fundos de arquivo, isto é, permite uma visualização clara do princípio de respeito aos fundos. Dessa forma, a representação informacional de um fundo de arquivo e/ou de suas partes, segundo a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (g), deve ser norteadada, ela mesma, por alguns princípios gerais, enumerados abaixo:

1. A descrição deve ser do GERAL para o PARTICULAR, de modo a representar a estrutura hierárquica do Fundo.
2. Deve representar com a maior precisão possível o contexto e o conteúdo da unidade de descrição. Assim, cada unidade deve ter as informações relevantes para aquele nível que está sendo descrito.
3. As relações entre os níveis de descrição devem ficar explícitas.
4. As informações não devem ser repetidas. Cada nível terá informações novas, não registradas no nível anterior nem no posterior.

Por sua vez, as informações devem estar distribuídas em sete áreas, que são as seguintes:

1. **Área de identificação:** como o título sugere, trata-se de um campo onde são registradas as informações essenciais que identifique a unidade de descrição (fundo/série/subsérie/dossiê/processo/item documental).
2. **Área de contextualização:** neste campo deve ser registrada a origem e a custódia da unidade de descrição.
3. **Área de conteúdo e estrutura:** neste campo devem ser registradas informações sobre o assunto, a organização arquivística, avaliação e incorporações.
4. **Área de condições de acesso e de uso:** neste campo devem ser registradas informações sobre a acessibilidade (física, intelectual e legal) da unidade de descrição.
5. **Área de fontes relacionadas:** este campo destina-se ao registro de informações acerca de outros documentos que mantenham alguma identidade com a unidade de descrição como originais e cópias; outras unidades de descrição relacionadas; publicações baseadas no uso dos documentos da unidade de descrição.
6. **Área de notas:** este campo destina-se a quaisquer tipos de informação que o arquivista julgar pertinentes, mas que não puderam ser incluídas nas outras áreas.
7. **Área de controle da descrição:** este campo deve ser utilizado para anotações sobre a atividade mesma de descrição: como, quando e quem realizou a descrição.

O elenco de áreas de descrição recomendado pela ISAD (g) indica a especificidade da descrição em arquivística, pois fica evidente que esse processo implica aliar a apresentação das características físicas de um documento (ou de um conjunto de documentos) à análise da informação contida nas unidades descritas, mediante o registro de dados objetivos (datas de criação, mensuração, estado de conservação, acessibilidade, selos, anotações, assinaturas, logomarcas, etc) e dados subjetivos (capacidade de análise do arquivista na escolha dos títulos, na elaboração dos resumos, etc). Por outro lado, a descrição arquivística deve considerar que um fundo de arquivo é geralmente constituído de diversas categorias de documentos (tipos e suportes) que têm características próprias.

Assim, o processo de descrição em arquivística, em arquivos permanentes, supõe, por um lado, uma descrição propriamente bibliográfica, oriunda da experiência da biblioteconomia (regras de catalogação utilizadas nas bibliotecas e centros de documentação; descrição bibliográfica internacional normalizada geral e as regras de catalogação

anglo-americanas, com a divisão dos elementos de descrição em zonas). Por outro lado, tem-se uma descrição ligada à análise do conteúdo informacional, que consiste num conjunto de operações visando a apresentar, sob uma forma concisa e precisa, as informações contidas num documento ou num conjunto de documentos, e tem por objetivo:

- identificar as noções contidas nos documentos e representá-los primeiro sob formas abreviadas (notas, resumos indicativos ou informativos). Em seguida, sob forma codificada (para facilitar a localização, utilizando-se das linguagens documentárias (símbolos numéricos ou alfanuméricos definidos na classificação (função Classificação) ou de termos mais ou menos controlados organizados em índices (indexação)).

É importante destacar, quanto a um dos aspectos da descrição - a análise de conteúdo - que as etapas previstas para sua operacionalização são similares àquelas de análise de um documento bibliográfico, por exemplo:

- primeira aproximação do documento (ou do conjunto documental)
- leitura do documento (quando se tratar de um item documental).
- Leitura e entendimento dos documentos que fornecem informações gerais sobre a totalidade do conjunto (quando se tratar de níveis de descrição mais abrangentes)
- avaliação e seleção dos conceitos que se deve reter;
- redação de um resumo
- indexação

Entretanto, essas operações, quando se trata de documentos de arquivos, guardam suas especificidades. Num livro, por exemplo, tem-se, em geral, uma estrutura facilmente identificável à qual o bibliotecário pode recorrer: sumário, introdução e conclusão, por exemplo. Às vezes, dependendo do editor, tem-se mesmo uma indexação o que ajuda consideravelmente na recuperação das informações. Num documento de arquivo, muitas vezes a estrutura do documento é "invisível". Quanto a isso, a Diplomática nos ensina que os documentos de arquivo também conservam uma estrutura básica que não se alterou substancialmente com o tempo, assim discriminada:

- uma parte introdutória, denominada **protocolo**, onde se encontram as informações que contextualizam os documentos (data, local, assunto destinatário do ato/do documento, fórmulas de polidez introdutórias, etc). É aqui também que se pode localizar o autor do ato/autor do documento.

- uma segunda parte, denominada **texto**, onde se encontram as informações acerca do ou dos atos que deram origem ao documento e do objeto do ato. É aqui que se encontra a razão de ser do documento e se pode identificar o ato consignado por meio de um verbo.

- uma terceira e última parte, denominada **escatocoio** (ou protocolo final), onde se identificam as fórmulas de polidez conclusivas, o redator do documento (responsável pela articulação do discurso) e outras intervenções no documento.

A descrição de documentos de arquivo pode, portanto, ocorrer em diversos níveis: um nível mais geral, o fundo; em níveis intermediários (série, subsérie, etc) até a menor unidade de descrição, que é o item documental. Entretanto, para todos os níveis exige-se a realização de um conjunto de operações cujo objetivo é representar, de forma precisa e sintética, as informações. Quando se vai analisar o conteúdo, isto é, fazer uma análise documentária, de um documento ou de um conjunto de documentos de arquivo, deve-se ter em mente suas relações com um todo (contexto), além do conteúdo particular de cada conjunto ou de cada item documental.

A análise de conteúdo dos documentos e o processo de indexação em vários níveis

"A análise da informação é a operação primordial sem a qual não é possível a utilização da informação" (CHAUMIER, 1977, p. 29). Para Chaumier, a análise de conteúdo é um "método geral de apreensão da informação veiculada por uma linguagem. Nessa perspectiva, retomando as sete áreas definidas pela ISAD (g), veremos que é naquela denominada "área de conteúdo e estrutura" que se encontra o que se poderia definir como "núcleo informacional" do documento ou do conjunto

documental. É nessa área que se encontra o campo intitulado "âmbito e conteúdo" cujo objetivo é "capacitar os usuários a avaliarem a tencial relevância da unidade de descrição", portanto, o campo passível de análise da informação. É justamente esse campo que fornece as indicações sobre: as atividades que geraram os documentos e/ou assuntos dos documentos, o período compreendido por essas atividades e os locais onde elas ocorreram; as tipologias documentais presentes na unidade de descrição e, dependendo do nível de descrição, um explicação acerca da estrutura interna da unidade descrita. A orientação da Norma quanto aos dados informacionais que devem ser anotados nesse campo é a seguinte:

- De acordo com o nível de descrição, deve-se fornecer um sumário do âmbito como período de tempo e localização geográfica;
- De acordo com o nível de descrição, deve-se fornecer um sumário do seu conteúdo, incluindo formas documentais (tipologias) e assuntos.

Portanto, é nesse campo que incide a análise documentária ou análise de conteúdo para a qual a Norma não fornece um roteiro específico. Maurel e Champagne (1999), arquivistas canadenses, propõem alguns critérios para se fazer a análise documentária ou análise de conteúdo dos documentos de arquivo que levam em conta o contexto de produção dos documentos, característica específica de documentos arquivísticos. Esses mesmos autores observam que as "operações de análise da informação são herdeiras da complexidade inerente à constituição do fundo" (MAUREL e CHAMPAGNE, p. 263).

Segundo esses autores, deve-se, num primeiro momento, ligar a análise de conteúdo à identificação das funções e atividades que deram origem aos documentos. Trata-se, ainda de acordo com Maurel e Champagne (1999), de compreender a quais contextos de produção pertencem a série, a subsérie, o dossiê, o item documental. Tendo estabelecido o conteúdo do documento de acordo com as funções e atividades que o geraram, o passo seguinte consiste em definir uma política - ou grade de análise - que deve considerar:

- as diferentes categorias (diferentes suportes) de documentos;
- os diferentes níveis de descrição;
- as tipologias;
- as necessidades dos usuários. Estas variam não apenas em função dos usos típicos de cada usuário em particular, mas também em função da idade, ou fase, do arquivo (corrente, intermediário, permanente).

É nessa perspectiva também que se dá o processo de indexação de documentos de arquivos, isto é, que estes têm particularidades ligadas às suas características intrínsecas e extrínsecas, assim como às características dos fundos de arquivo como conjuntos orgânicos (MAUREL e CHAMPAGNE, 1999). Assim, recomenda-se que a indexação dos documentos de arquivos seja feita a partir dos instrumentos de descrição, isto é, trata-se de uma etapa posterior à produção de instrumentos de descrição. Uma outra particularidade da indexação em arquivos é que esta se faz em vários níveis. A indexação varia em função dos níveis de descrição: no caso de se indexar um Fundo (nível mais geral), por exemplo, ter-se-á uma seleção de termos mais genéricos, enquanto num item documental (nível mais baixo), ter-se-á uma seleção de termos mais específicos que remetem diretamente à menor unidade de descrição ou, dito de outra forma, ao que é mais específico.

Considerações finais

O objetivo último da organização de um conjunto documental arquivístico é permitir o acesso às informações contidas nos documentos. Para que os arquivos ou as informações arquivísticas sejam acessíveis é preciso existir instrumentos que permitam esse acesso. Na perspectiva do arquivista, isto é, no que depende diretamente de seu trabalho profissional, é no acesso intelectual e físico que se concentra sua intervenção. Isso porque, embora ele deva estimular e ser parte atuante na proposição de políticas nacionais de arquivo, incluindo questões de acesso, não é de sua responsabilidade direta a elaboração de leis.

Assim, a função descrição antecipa e fornece os dados necessários para que sejam produzidos os mais variados instrumentos de pesquisa¹⁶. É essa atividade que permite, num primeiro momento, a comunicação e a consulta aos arquivos. Ainda que os países criem leis de acesso à informação, buscando disciplinar o acesso dos cidadãos à informação governamental ou não, deve-se observar que a liberdade de acesso só pode ser efetivamente exercida se "os cidadãos têm condições de conhecer a existência dos documentos e de identificá-los com exatidão". Essas condições são fornecidas pelos instrumentos de pesquisa que, por sua vez, serão cada vez mais aperfeiçoados, se elaborados a partir dos instrumentos de descrição normalizados o que permite a localização e a troca de informações em nível nacional e internacional. Por outro lado, é essa atividade que irá permitir a indexação das informações arquivísticas.

De toda maneira, deve-se lembrar que "as operações de análise da informação" - inerentes ao processo de descrição - pressupõem um conhecimento da gênese e do desenvolvimento (desmembramentos, recolhimentos, acumulações, perdas, eliminações, incorporações) e de novas informações acerca de um fundo ou de suas partes constitutivas. Finalmente, embora a ISAD(g) não seja uma unanimidade entre os arquivistas e motivo ainda de muitas polêmicas, ela fornece diretrizes baseadas em princípios teóricos e práticos.

Referências bibliográficos

- CAMPILLOS, Maria Paz Martín-Pozuelo. Dificultades en la concepción de una clasificación universal en Archivística. In: García Marco, Fco. Javier (ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Actas del I Encuentro de ISKO - España, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993. Librería General: Zaragoza, Espanha, 1995, p. 91-98.
- CARBAJO MARTÍN, Victoriano-Antonio. El proceso de la normalización: los trabajos desarrollados por el CIA para redactar las normas ISAD (g) e ISAAR (CPF). In: **Tabula**. Revista de Archivos de Castilla y León, n. 4, Asociación de Archiveros de Castilla y León, Salamanca, Espanha: 1999, p.

¹⁶ Deve-se esclarecer que a ISAD (g) não orienta sobre que tipos de instrumentos de pesquisa podem ser elaborados a partir da descrição normalizada.

- CHAUMIER, Jacques. **L'analyse documentaire**. Paris: Entreprise moderne d'édition, 1977.
- _____. **Les langages documentaires**. Paris: Entreprise moderne d'édition, 1978.
- CRUZ MUNDET, J. Ramón. **Manual de Archivística**. Madrid: Fundación G. Sanchez, 1999.
- DURANTI, Luciana, Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- _____. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vásquez. Córdoba: [s. l.], 1995.
- ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: GARCÍA MARCO, Fco. Javier (ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Actas del I Encuentro de ISKO - España, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993. Librería General: Zaragoza, Espanha, 1995, p. 65-90.
- FAVIER, Jean, NEIRINCK, Danièle (dir.). **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993.
- FERREZ, Helena Dodd et al. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987, p.191-192.
- HAGEN, Acácia Maria. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set.dez. 1998.
- HEREDIA HERRERA, Antonia Heredia. **La Norma ISAD (g) y su terminología. Analisis, estudios y alternativas**. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y documentalistas/Editorial ARCO/LIBROS, 1995.
- KITCHING, Christopher. **L'informatique au service des instruments de recherche dans les archives: une étude RAMP**. Paris: UNESCO, 1991.
- KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul.dez. 1996.
- MAUREL, Dominique, CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. In: COUTURE, Carol (org.). **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255-371.
- MIGUÉIS, Maria Amélia Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em Arquivos de custódia. **Arquivo&Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-20, ag. 1976.
- NOUGARET, Christine. **Les instruments de recherche dans les archives**. Paris: Direction des Archives de France, 1999.
- RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal do Porto/Arquivo Histórico, 1996.
- TAYLOR, Hugh. **Los servicios de archivo y el concepto de usuario: estudio del RAMP**. Paris: UNESCO, 1984.